

# **Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: panorama global em perspectiva - Vol. 1**

Climate change, migration, and environmental injustice: a global perspective - Vol. 1

*Érika Pires Ramos\**  
*Helion Póvoa Neto*  
*José Carlos Pereira*  
*Márlcio Lourenço Fernandes*

## **1 APRESENTAÇÃO**

Este dossiê temático foi pensado para fomentar um debate transdisciplinar acerca das inter-relações entre mudanças climáticas, processos migratórios e múltiplas formas de injustiça ambiental. A realização da Conferência do Clima no Brasil (COP30) foi a oportunidade para promover um debate mais aprofundado sobre esses temas.

A crise climática vem provocando impactos profundos nas dinâmicas sociais, migratórias e ecológicas em escala global. Entretanto, seus efeitos não se distribuem de forma equitativa: no Brasil, país de dimensões continentais e profundas desigualdades, essas crises afetam desproporcionalmente diversos grupos sociais e, de forma mais danosa, as populações mais vulnerabilizadas e que enfrentam cotidianamente diferentes formas de injustiça e racismo ambiental. O mesmo padrão se reproduz nos países do chamado Sul Global.

Neste contexto, a mobilidade ainda permanece invisibilizada como uma dimensão humana da crise climática e ambiental, seja quando acontece dentro de um país, seja quando se dá entre fronteiras. A proteção das pessoas em mobilidade e, também, em situação de imobilidade não se dá exclusivamente através da agenda climática e migratória. Ela exige uma mirada integral e a garantia de direitos humanos cuja negação vulnerabiliza ainda mais pessoas, suas comunidades e territórios; potencializam os impactos das mudanças climáticas; dos desastres; e amplificam as desigualdades preexistentes.

---

\* Veja nota biográfica dos organizadores do presente dossiê no final dessa edição.

Para compreender o que está em jogo, é necessário que se reconheça a pluralidade de narrativas em disputa. Estratégias de enfrentamento justas e dignas precisam ser construídas e decididas coletivamente, adaptadas às necessidades e capacidades das populações e grupos afetados, e orientadas a longo prazo. A prevenção e as intervenções emergenciais transcendem o dever de um único grupo social ou Estado. Embora ocorram eventos locais, o caráter global do fenômeno requer uma governança coordenada entre povos e países, sem prejuízo da atuação de associações e grupos comunitários em escala local. A articulação sinérgica entre as escalas local, regional e global constitui um imperativo operacional para assegurar a eficácia e perenidade das medidas protetivas.

Nesse sentido, o dossiê desdobra-se em três edições (105, 106 e 107), reunindo contribuições contemplando diferentes perspectivas e abordagens. Procura-se analisar como as mudanças climáticas e a degradação ambiental operam como fatores estruturantes de deslocamentos forçados, de conflitos socioambientais e desigualdades sociais, condicionando diferentes formas de mobilidade humana: processos migratórios vinculados a desastres ambientais e eventos climáticos extremos, deslocamentos associados ao extrativismo, dinâmicas de resistência comunitária e organização popular, bem como interlocuções entre organizações e instituições políticas nacionais e internacionais.

Recebemos artigos com reflexões teóricas, abordagens empíricas com estudos de caso, além da contribuição a partir do conhecimento, experiências e vozes comunitárias e de outros valiosos aportes no formato de resenha, poema e conto. Desde a perspectiva jurídico-legal, destacam-se avanços importantes na defesa dos direitos de migrantes e deslocados internos no contexto da mudança climática e desastres ambientais que estão em curso.

A acolhida da convocatória foi surpreendente. A qualidade e a quantidade de contribuições superaram as expectativas. Isto exigiu mais tempo de análise e culminou na decisão de desdobrar este dossiê em três volumes, organizados em três eixos: I. Perspectivas internacionais (com ênfase nas abordagens teórica e global); II. A experiência latino-americana; e III. O contexto brasileiro, com a maioria das contribuições dedicadas à análise do desastre do Rio Grande do Sul.

Além do momento político importante - COP30 no Brasil - é preciso mencionar que esta temática já vinha sendo abordada em outras edições da Revista Travessia. Fundada no segundo semestre de 1988, a migração aparece conectada diretamente às mudanças climáticas pela primeira vez em 1996 (edição 25) com o dossiê “Deslocamentos compulsórios e restrições à migração”.

No ano subsequente, a temática ganha mais espaço no dossiê “Migração e meio ambiente” (edição 25, 1997). Mas somente a partir de 2016 a temática Migração e mudanças climáticas reaparece na Revista Travessia (Dossiê Refugiados, edição 79), na qual foi analisada sob a ótica dos desafios políticos para o reconhecimento dos refugiados ambientais no Sistema de Proteção Internacional. Em 2022, o debate foi retomado na edição 93, cujo enfoque centrou-se no desafio do reconhecimento da necessidade de formulação de um estatuto jurídico e suas potencialidades de tutela e regulamentação de efeitos sociais, dentre eles a migração forçada decorrentes das mudanças climáticas.

O debate sobre a intersecção entre mudanças climáticas, fluxos migratórios e injustiça ambiental vem se consolidando nas agendas política e acadêmica. Mas é importante registrar que tal avanço decorre da mobilização de movimentos sociais, populações afetadas e governos cujos territórios são mais ameaçados e afetados. Nesse contexto, a Revista Travessia tem publicado, desde 2022 e ano a ano, textos dedicados a analisar esse panorama e a propor alternativas metodológicas, teóricas e práticas - edições 98 (2023); 101 (2024); e 102 (2025).

Neste percurso, chegamos ao presente dossiê composto por 3 volumes (105, 106 e 107), reunindo abordagens teórico-metodológicas, relatos de experiência e produções literárias. Articulando diferentes recortes espaciais — global, regional (América Latina) e local (Brasil) -, busca debater criticamente a temática em pauta. Sua publicação é resultado de rigoroso esforço coletivo de organizadorxs, autorxs, revisorxs e comitê editorial, a quem agradecemos imensamente.

## 2 PANORAMA GLOBAL EM PERSPECTIVA

As contribuições reunidas neste volume analisam as múltiplas dimensões da mobilidade humana diante da crise climática e dos desastres ambientais. A obra destaca a urgência de olhar além das respostas imediatas aos eventos extremos, cujos impactos ultrapassam as fronteiras nacionais. Com ênfase em abordagens teóricas e globais, os artigos articulam aspectos jurídicos, sociais, políticos e territoriais. O objetivo é compreender como as desigualdades históricas, os modelos de desenvolvimento e as disputas por recursos influenciam os deslocamentos e geram vulnerabilidades. Ao reunir diferentes contextos e experiências coletivas, este Volume 1 aponta os desafios de construir respostas baseadas na justiça climática, nos direitos humanos e no reconhecimento e respeito aos saberes das populações afetadas.

Abrindo este volume, Antonio Ricci, em *“Safe Countries” in a burning world: climate-induced displacement and legal denial in the Senegalese case*, defende uma mudança de paradigma fundada na justiça climática, no

reconhecimento da dívida ecológica e na formulação de novas categorias jurídicas capazes de responder aos deslocamentos induzidos por dinâmicas ambientais. Ao analisar o caso do Senegal, o autor evidencia que a degradação ambiental — expressa pela desertificação, erosão costeira e esgotamento de recursos naturais — tem impulsionado fluxos de migração forçada na África Ocidental. Argumenta que os sistemas europeus de asilo permanecem vinculados a definições jurídicas restritivas que desconsideram a vulnerabilidade ecológica como fundamento legítimo de proteção. Ao classificar o Senegal como um “país seguro de origem”, a despeito da severidade da crise climática, tais sistemas evidenciam as profundas contradições políticas e jurídicas dos atuais modelos de governança migratória.

A compreensão da migração ambiental em sua complexidade exige superar abordagens fragmentadas e reconhecer suas múltiplas dimensões climáticas, sociais e antropogênicas. Essa é a perspectiva desenvolvida por Loraine Morales Pino em *Más allá del cambio climático: desafíos y vacíos en el estudio de la migración ambiental*, no qual a autora analisa os limites conceituais e metodológicos presentes na produção acadêmica sobre o tema. O estudo evidencia que a hegemonia de análises centradas em desastres climáticos extremos, fatores econômicos e sociais tende a secundarizar processos lentos de degradação ambiental e conflitos socioambientais. Essas variáveis veladas revelam-se, contudo, indispensáveis para explicar a complexidade dos fluxos migratórios atuais.

A relação entre acolhimento, mobilidade humana e crise climática constitui o eixo central da contribuição de Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva em *Hospitalidade frente à migração climática: reflexões sobre acolhimento em contextos de crise*. A autora realiza um exame sistemático da produção acadêmica dedicada à intersecção entre hospitalidade, fluxos migratórios e refúgio. Tomando esse mapeamento como ponto de partida, o estudo resgata a formulação de Jacques Derrida sobre a hospitalidade incondicional, convertendo-a em vetor crítico para tensionar e expandir as discussões atuais acerca dos desafios éticos e políticos no acolhimento de pessoas deslocadas por crises ambientais.

Em *Apatridia climática, migração e justiça ambiental: desafios jurídicos e humanos em pequenos Estados insulares*, Naiane Inez Cossul e Patrícia Barbosa Colares abordam os desafios enfrentados por pequenos Estados insulares, como Tuvalu e Maldivas, diante da ameaça de desaparecimento de seus respectivos territórios provocada pelas mudanças climáticas. As autoras evidenciam que a ausência de reconhecimento jurídico dos “refugiados climáticos” no Direito Internacional amplia a vulnerabilidade de populações insulares expostas aos riscos. Assim, ficam comprometidos

os direitos territoriais, culturais e identitários. O estudo propõe, sob a perspectiva da justiça climática, a criação de instrumentos jurídicos e políticas internacionais capazes de assegurar proteção, reassentamento e cidadania às comunidades deslocadas.

Em *Cuidando nuestra casa común: ecología integral, movilidad humana y justicia climática desde la Encíclica Laudato si'*, Ignacio Alonso Alasino e Héctor Poveda apresentam uma reflexão sobre a relação entre crise ecológica, mobilidade humana e justiça climática a partir da perspectiva da *Laudato Si'*, do Papa Francisco. Os autores destacam que o cuidado da “casa comum” ultrapassa uma perspectiva ambiental restrita, envolvendo a defesa da vida e da dignidade das populações afetadas pelos deslocamentos climáticos. A contribuição também evidencia as assimetrias entre Norte e Sul Global e a necessidade de respostas baseadas na cooperação, no reconhecimento dos saberes comunitários e na participação das populações vulnerabilizadas.

As transformações recentes da migração internacional Sul-Sul revelam novas articulações entre fatores econômicos, ambientais e históricos, especialmente no corredor entre Moçambique e Malawi. Nesse contexto, Tomás Pita Cebola e Roberto Luiz do Carmo, em *Migração climática e econômica: uma análise das dinâmicas entre Moçambique e Malawi*, analisam os deslocamentos de imigrantes malawianos em Moçambique entre 1980 e 2024, demonstrando como esses fluxos passaram de movimentos associados à guerra civil e aos retornos pós-conflito para dinâmicas crescentemente influenciadas por desigualdades econômicas, exploração de recursos naturais e mudanças ambientais. O estudo evidencia que megaprojetos e desastres climáticos, como ciclones, cheias e secas, atuam conjuntamente na intensificação da mobilidade das populações afetadas.

A construção de conceitos sobre mobilidade humana em contextos de mudanças ambientais e climáticas revela disputas e transformações nos modos de interpretar os deslocamentos contemporâneos. Em *Developing the concept of human mobility in the context of environmental and climate change: the role of knowledge production by IOM and UNHCR*, Giulia Mancini Pinheiro analisa o papel da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na produção de conhecimento sobre o tema, entre 2008 e 2025. A partir de uma análise conceitual histórica e interpretativa de políticas, a autora demonstra que ambas as organizações se aproximam quanto ao vocabulário utilizado, mas suas abordagens se diferenciam entre si, em razão dos seus mandatos institucionais estabelecidos. Em que pese essa diferenciação, há um elemento de intersecção entre as duas formas de abordagem: ambas limitam a incorporação das narrativas da sociedade civil e da academia.

Aline Bertolin, em *The Thatcher effect in climate migration: contemporary studies and a corrective proposal based on historical transatlantic migration lessons*, apresenta uma perspectiva comparativa ao contrastar as migrações transatlânticas do final do século XIX com os deslocamentos contemporâneos motivados pelas mudanças climáticas. A autora sustenta que, subjacente às especificidades históricas, ambos os fluxos evidenciam a centralidade das pressões antrópicas, das assimetrias econômicas e das agendas políticas na estruturação da mobilidade humana. Sob a ótica da História do Direito Econômico Internacional, o texto problematiza as abordagens reducionistas que circunscrevem a migração climática a um evento exclusivamente emergencial, evidenciando como as disparidades de poder, de recursos e de produção epistêmica moldam tais narrativas geopolíticas.

A centralidade dos recursos hídricos nos conflitos contemporâneos evidencia a multidimensionalidade das mudanças climáticas, demonstrando que seus desdobramentos extrapolam a agenda ambiental e operam como catalisadores de vulnerabilidades sociais, crises humanitárias e tensões geopolíticas. Em *Water in dispute in MENA and Asia: hydropolitics, inequality, and forced displacement*, Lauriê Caroline Tenheri analisa a hidropolítica como campo de tensões e negociações em torno do controle dos recursos hídricos. A autora procura demonstrar como projetos de infraestrutura, políticas excludentes e desigualdades no acesso à água contribuem para deslocamentos forçados no MENA e na Ásia. Ao articular hidropolítica, justiça ambiental e migrações climáticas, Tenheri propõe modelos de governança da água baseados em sustentabilidade, equidade e direitos humanos.

A incorporação da mobilidade humana induzida pelas mudanças climáticas ao Direito Internacional dos Direitos Humanos representa um avanço recente na construção de mecanismos de proteção jurídica. No artigo *Movilidad humana y crisis climática: nuevos desarrollos internacionales e interamericanos*, Ignacio Odriozola, José Daniel Rodríguez-Orue e Marília Papaléo Gagliardi analisam três marcos normativos recentes: a Opinião Consultiva 32/25 da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Resolução 2/24 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Os autores destacam contribuições para o reconhecimento e a proteção de pessoas afetadas pela mobilidade climática. O estudo identifica convergências relacionadas ao princípio de não devolução, à proteção integral de grupos vulnerabilizados e à participação na construção de soluções duradouras. Mas, também, são apresentados desafios ainda presentes na produção de dados, para a continuidade dos deveres e responsabilidades dos Estados, bem para o deslocamento humano.

As angústias produzidas pela crise climática também atravessam dimensões subjetivas e coletivas, especialmente entre as juventudes, uma das populações mais afetadas pelo aquecimento do planeta. No ensaio *Nomeando um mundo em transformação: diferentes concepções de crise e o sofrimento de juventudes diante do aquecimento do planeta*, Bruna Bortolozzi Maia e Gabriel Inticher Binkowski analisam como diferentes concepções de crise, presentes na psicanálise e na atenção psicossocial, podem contribuir para compreender as formas de nomear e elaborar esses sofrimentos. A partir dos paradigmas da crise associada ao capitalismo, ao trauma e à transformação psicossocial, os autores defendem uma escuta clínica implicada, atenta às desigualdades sociais e às marcas coloniais da teoria psicanalítica. Neste contexto, um desafio central é implementar instrumentos políticos e sociais para a construção de práticas de cuidado voltadas às juventudes

Em *Dimensão sociopolítica do sofrimento de refugiados ambientais: a universidade como dispositivo de amparo discursivo*, Gustavo Marques de Oliveira e Kelly Cristina Brandão da Silva analisam, a partir da psicanálise, os impactos sociopolíticos do sofrimento vivenciado por “refugiados ambientais” e o papel da universidade como espaço de acolhimento e construção de amparo discursivo. Os autores evidenciam que a ausência de reconhecimento jurídico dessa categoria migratória e as experiências de exclusão e silenciamento aprofundam situações de desamparo e reforçam a necessidade de se ampliar o debate sobre “refúgio ambiental” nos campos jurídico e acadêmico, envolvendo governos e sociedade civil.

Encerrando este volume, o poema *Amazônia em movimento*, de Ari Loureiro, traduz, em linguagem poética, as marcas dos deslocamentos forçados e, ao mesmo tempo, a potência dos povos amazônicos na defesa do território, dos seus modos de existência, da vida. O poema evidencia a mobilidade não apenas como consequência das injustiças climáticas e sociais, mas, também, como espaço de resistência, memória e reafirmação de identidades coletivas de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Fica então aqui o convite para embarcar nessa **Travessia** com a gente.

Boa leitura!



# **Climate change, migration, and environmental injustice: a global perspective - Vol. 1**

## Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: uma perspectiva global - Vol. 1

*Érika Pires Ramos  
Helion Póvoa Neto  
José Carlos Pereira  
Márlio Lourenço Fernandes*

### 1 PRESENTATION

This thematic dossier aims to foster a transdisciplinary debate on the interrelationships between climate change, migration processes, and various forms of environmental injustice. The hosting of the UN Climate Change Conference (COP30) in Brazil provided an opportunity to promote a deeper discussion on these topics.

The climate crisis is causing profound impacts on social, migratory, and ecological dynamics on a global scale. However, its effects are not distributed equitably; in Brazil—a country of continental dimensions and deep inequalities—these crises disproportionately affect various social groups. Most damagingly, they impact the most vulnerable populations, who face daily forms of injustice and environmental racism. This same pattern is replicated across countries of the so-called Global South.

In this context, mobility remains largely invisible as a human dimension of the climate and environmental crisis, whether occurring within a country or across borders. Protecting people on the move — as well as those unable to move — cannot be achieved solely through climate and migration agendas. It requires a holistic approach and the guarantee of human rights; the denial of these rights further increases the vulnerability of individuals, communities, and territories, while exacerbating the impacts of climate change and disasters and amplifying pre-existing inequalities.

To understand what is at stake, one must recognize the plurality of competing narratives. Just and dignified coping strategies must be developed and decided upon collectively, tailored to the needs and capacities of affected populations and groups, and oriented toward the long term. Prevention and emergency interventions go beyond the responsibility of any single social group or State. Although events occur locally, the global nature of the phenomenon requires coordinated governance among peoples and nations, without undermining the vital work of local associations and community groups. Synergistic coordination across local, regional, and global scales is an operational imperative for ensuring the effectiveness and sustainability of protective measures.

Accordingly, this dossier unfolds across three editions (105, 106, and 107), bringing together contributions that encompass diverse perspectives and approaches. The aim is to analyze how climate change and environmental degradation act as structural drivers of forced displacement, socio-environmental conflicts, and social inequalities, shaping various forms of human mobility: migration linked to environmental disasters and extreme weather events; displacement associated with extractive industries; dynamics of community resistance and grassroots organizing; and interactions among national and international organizations and political institutions.

We received articles offering theoretical reflections and empirical case studies, as well as contributions drawing on community knowledge, experiences, and voices, alongside other valuable submissions such as book reviews, poems, and short stories. From a legal standpoint, significant progress is evident in the defense of the rights of migrants and internally displaced persons amidst ongoing climate change and environmental disasters.

The response to the call for papers was remarkable; the quality and volume of submissions exceeded expectations. This necessitated a longer review process and led to the decision to expand the dossier into three volumes, organized around three thematic axes: I. International perspectives (emphasizing theoretical and global approaches); II. The Latin American experience; and III. The Brazilian context, with the majority of contributions dedicated to analyzing the disaster in Rio Grande do Sul.

Beyond the significance of the current political moment — with COP30 taking place in Brazil — it is worth noting that this topic has previously been addressed in other editions of “Revista Travessia”. Founded in the second half of 1988, the topic of migration was linked to climate change for the first time in 1996 (issue 25) in the dossier “Forced Displacement and Migration Restrictions.”

The following year, the subject matter received further attention in the dossier “Migration and the Environment” (issue 25, 1997). However, it was not until 2016 that the theme of migration and climate change reappeared

in “Revista Travessia” (Refugees Dossier, issue 79), where it was analyzed through the lens of the political challenges regarding the recognition of environmental refugees within the International Protection System. In 2022, the debate was revisited in issue 93, which focused on the challenge of recognizing the need to establish a legal status—and the potential for such a status to provide protection and regulate social consequences—specifically addressing forced migration resulting from climate change.

The debate regarding the intersection of climate change, migration flows, and environmental injustice has been gaining ground on both political and academic agendas. It is important to note, however, that this progress stems from the mobilization of social movements, affected populations, and governments whose territories face the greatest threats and impacts. Against this backdrop, the “Revista Travessia” has—year by year since 2022—published texts dedicated to analyzing this landscape and proposing methodological, theoretical, and practical alternatives (specifically in issues 98 [2023], 101 [2024], and 102 [2025]).

This journey brings us to the present dossier, comprising three volumes (105, 106, and 107) that gather theoretical-methodological approaches, accounts of lived experience, and literary works. By linking different spatial scales — global, regional (Latin America), and local (Brazil) — the dossier seeks to critically examine the subject matter at hand. Its publication is the result of a rigorous collective effort by the organizers, authors, reviewers, and the editorial committee, to all of whom we extend our deepest gratitude.

## 2 A GLOBAL PERSPECTIVE

The contributions gathered in this volume analyze the multiple dimensions of human mobility in the face of the climate crisis and environmental disasters. The work highlights the urgency of looking beyond immediate responses to extreme events, the impacts of which transcend national borders. Emphasizing theoretical and global approaches, the articles interweave legal, social, political, and territorial aspects. The aim is to understand how historical inequalities, development models, and resource disputes influence displacement and create vulnerabilities. By bringing together diverse contexts and collective experiences, Volume 1 identifies the challenges of crafting responses grounded in climate justice, human rights, and the recognition and respect for the knowledge held by affected populations.

Opening this volume, Antonio Ricci, in *“Safe countries in a burning world: climate-induced displacement and legal denial in the Senegalese case”*, advocates for a paradigm shift based on climate justice, the

recognition of ecological debt, and the formulation of new legal categories capable of addressing displacement driven by environmental dynamics. Through an analysis of the case of Senegal, the author demonstrates that environmental degradation—manifested in desertification, coastal erosion, and the depletion of natural resources—has been driving forced migration flows in West Africa. He argues that European asylum systems remain tied to restrictive legal definitions that fail to recognize ecological vulnerability as a legitimate basis for protection. By classifying Senegal as a “safe country of origin”—despite the severity of the climate crisis—these systems expose the profound political and legal contradictions inherent in current migration governance models.

Understanding environmental migration in all its complexity requires moving beyond fragmented approaches and acknowledging its multiple climatic, social, and anthropogenic dimensions. This is the perspective developed by Loraine Morales Pino in *“Más allá del cambio climático: desafíos y vacíos en el estudio de la migración ambiental”*, in which the author analyzes the conceptual and methodological limitations found in academic literature on the subject. The study highlights how the dominance of analyses centered on extreme climate disasters and economic or social factors tends to marginalize slow-onset environmental degradation and socio-environmental conflicts. However, these less visible variables prove essential for explaining the complexity of contemporary migration flows.

The relationship between reception, human mobility, and the climate crisis forms the core of the contribution made by Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva in *“Hospitalidade frente à migração climática: reflexões sobre acolhimento em contextos de crise.”* The author conducts a systematic review of academic literature addressing the intersection of hospitality, migration flows, and refuge. Taking this overview as a starting point, the study revisits Jacques Derrida’s concept of unconditional hospitality, transforming it into a critical lens through which to challenge and expand current discussions regarding the ethical and political challenges involved in welcoming people displaced by environmental crises.

In *“Apatridia climática, migração e justiça ambiental: desafios jurídicos e humanos em pequenos Estados insulares,”* Naiane Inez Cossul and Patrícia Barbosa Colares address the challenges faced by small island states—such as Tuvalu and the Maldives—in the face of the threat that climate change poses to the continued existence of their territories. The authors highlight how the lack of legal recognition for “climate refugees” under international law exacerbates the vulnerability of island populations exposed to these risks, thereby compromising their territorial, cultural, and identity-related rights.

From the perspective of climate justice, the study proposes the creation of legal instruments and international policies capable of ensuring protection, resettlement, and citizenship for displaced communities.

In *“Cuidando nuestra casa común: ecología integral, movilidad humana y justicia climática desde la Encíclica Laudato si”*, Ignacio Alonso Alasino and Héctor Poveda reflect on the relationship between the ecological crisis, human mobility, and climate justice, drawing on Pope Francis’s “Laudato Si.” The authors emphasize that caring for our “common home” extends beyond a narrow environmental perspective, encompassing the defense of the lives and dignity of populations affected by climate-induced displacement. Their contribution also highlights the asymmetries between the Global North and the Global South, as well as the need for responses grounded in cooperation, the recognition of community knowledge, and the participation of vulnerable populations.

Recent transformations in South-South international migration reveal new interconnections between economic, environmental, and historical factors, particularly along the corridor between Mozambique and Malawi. In this context, Tomás Pita Cebola and Roberto Luiz do Carmo, in *“Migração climática e econômica: uma análise das dinâmicas entre Moçambique e Malawi”*, examine the displacement of Malawian migrants in Mozambique between 1980 and 2024. They demonstrate how these flows shifted from movements linked to civil war and post-conflict returns to dynamics increasingly driven by economic inequalities, natural resource exploitation, and environmental changes. The study highlights how megaprojects and climate disasters—such as cyclones, floods, and droughts—act in tandem to intensify the mobility of affected populations.

The conceptualization of human mobility within the context of environmental and climate change reveals competing perspectives and shifting interpretations of contemporary displacement. In *“Developing the concept of human mobility in the context of environmental and climate change: the role of knowledge production by IOM and UNHCR”*, Giulia Mancini Pinheiro analyzes the roles played by the International Organization for Migration (IOM) and the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) in generating knowledge on this subject between 2008 and 2025. Through a historical and interpretive conceptual analysis of policies, the author demonstrates that while the two organizations share a similar vocabulary, their approaches diverge due to their respective institutional mandates. Despite this divergence, there is a point of intersection: both organizations limit the incorporation of narratives from civil society and academia.

In *“The Thatcher effect in climate migration: contemporary studies and a corrective proposal based on historical transatlantic migration lessons”*, Aline Bertolin offers a comparative perspective, contrasting late 19th-

century transatlantic migration with contemporary displacement driven by climate change. The author argues that, beneath their historical specificities, both migration flows highlight the central role of anthropogenic pressures, economic asymmetries, and political agendas in shaping human mobility. Drawing on the history of international economic law, the text challenges reductionist approaches that frame climate migration solely as an emergency event, illustrating how disparities in power, resources, and epistemic production shape these geopolitical narratives.

The central role of water resources in contemporary conflicts underscores the multidimensional nature of climate change, demonstrating that its consequences extend beyond the environmental agenda to act as catalysts for social vulnerabilities, humanitarian crises, and geopolitical tensions. In *“Water in dispute in MENA and Asia: hydropolitics, inequality, and forced displacement”*, Lauriê Caroline Tenheri analyzes Hydropolitics as a field of tension and negotiation surrounding the control of water resources. The author seeks to demonstrate how infrastructure projects, exclusionary policies, and inequalities in water access contribute to forced displacement in the MENA region and Asia. By linking Hydropolitics, environmental justice, and climate-induced migration, Tenheri proposes water governance models based on sustainability, equity, and human rights.

Incorporating climate change-induced human mobility into International Human Rights Law represents a recent advance in the development of legal protection mechanisms. In the article *“Movilidad humana y crisis climática: nuevos desarrollos internacionales e interamericanos”*, Ignacio Odriozola, José Daniel Rodríguez-Orue, and Marília Papaléo Gagliardi analyze three recent normative frameworks: the Advisory Opinion of the International Court of Justice, Advisory Opinion 32/25 of the Inter-American Court of Human Rights, and Resolution 2/24 of the Inter-American Commission on Human Rights. The authors highlight contributions toward the recognition and protection of people affected by climate-related mobility. The study identifies convergences regarding the principle of non-refoulement, the comprehensive protection of vulnerable groups, and participation in crafting durable solutions. However, it also presents ongoing challenges regarding data generation, the continuity of State duties and responsibilities, and the nature of human displacement itself.

In *“The Sociopolitical dimension of environmental refugees’ suffering: the university as a mechanism for discursive support”*, Gustavo Marques de Oliveira and Kelly Cristina Brandão da Silva use a psychoanalytic lens to analyze the sociopolitical impacts of the suffering experienced by “environmental refugees” and the university’s role as a space for reception and the construction of discursive support. The authors highlight that the lack

of legal recognition for this migratory category, combined with experiences of exclusion and silencing, exacerbates situations of abandonment and reinforces the need to expand the debate on “environmental refuge” within legal and academic spheres, involving both governments and civil society.

The distress caused by the climate crisis also permeates both subjective and collective dimensions, particularly among young people—a demographic among the most affected by global warming. In the essay *“Naming a world in transformation: different conceptions of crisis and the suffering of youth in the face of Global Warming”*, Bruna Bortolozzi Maia and Gabriel Inticher Binkowski analyze how various conceptions of crisis found in psychoanalysis and psychosocial care can help us understand the ways in which such suffering is named and processed. Drawing on paradigms regarding the crisis associated with capitalism, trauma, and psychosocial transformation, the authors advocate for a clinically engaged approach—one attentive to social inequalities and the colonial imprints within psychoanalytic theory. In this context, a central challenge lies in implementing political and social tools to build care practices tailored to young people.

Closing this volume, the poem “Amazônia em movimento” (*Amazon in movement*) by Ari Loureiro translates—through poetic language—the scars of forced displacement alongside the strength of Amazonian peoples in defending their territory, their ways of life, and life itself. The poem highlights mobility not merely as a consequence of climate and social injustices, but also as a space for resistance, memory, and the reaffirmation of the collective identities of Indigenous, “Quilombola”, and riverine peoples.

We invite you to embark on this “Travessia” (Journey) with us.

Happy reading!

